

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

Rafael Manske dos Anjos

**AS DISPUTAS POR TERRITÓRIO DA PESCA DO CAMARÃO-ROSA,
NO ESTUÁRIO DA LAGUNA DOS PATOS, RIO GRANDE - RS**

Rio Grande – RS, 2021

Rafael Manske dos Anjos

**AS DISPUTAS POR TERRITÓRIO DA PESCA DO CAMARÃO-ROSA,
NO ESTUÁRIO DA LAGUNA DOS PATOS, RIO GRANDE -RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Geografia.

Orientador: Professor Cristiano Quaresma de Paula

Rio Grande– RS, maio de 2021

RAFAEL MANSKE DOS ANJOS

**AS DISPUTAS POR TERRITÓRIO DA PESCA DO CAMARÃO-ROSA,
NO ESTUÁRIO DA LAGUNA DOS PATOS, RIO GRANDE - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Aprovada em: 10/05/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cristiano Quaresma de Paula
Universidade Federal do Rio Grande

Profa. Dra. Jussara Mantelli
Universidade Federal do Rio Grande

Pescadora Viviane Machado
Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais

RESUMO

O trabalho apresenta o tema da pesca artesanal, atividade de suma importância na construção da cultura e economia do país. As comunidades pesqueiras enfrentam diversas disputas internas e externas, uma delas apresentada no trabalho: as disputas por território das andainas no Estuário da Laguna dos Patos, mais especificamente na comunidade da Ilha dos Marinheiros, situada no município de Rio Grande – RS. O trabalho de campo ocorreu na abertura da safra do camarão-rosa, no dia primeiro de fevereiro. Foi acompanhada uma família de pescadores da comunidade, pai, mãe e filho, nos preparativos, na primeira pescaria da safra. Através das técnicas de pesquisa de trabalho de campo: entrevista, registros fotográficos e gravações de vídeos e áudios, foram registrados que estes conflitos têm várias facetas, como o desrespeito a esses territórios entre gerações, e os pescadores artesanais que vêm de outras regiões e disputam as andainas. Também há conflito entre os licenciados e os não registrados, chamados de “piratas”. Outra disputa importante de destacar é com os pescadores que utilizam a arte do berimbau. As andainas são territórios, de grande importância por delimitar os espaços e amenizar os conflitos, viabilizando o uso da arte de pesca saquinho/aviãozinho, que permite a reprodução social e econômica dos pescadores, além de garantir maior sustentabilidade ao ambiente.

Palavras-chave: Pesca Artesanal. Andaina. Território. Ilha dos Marinheiros. Laguna dos Patos.

RESUMEN

El presente trabajo presenta el tema de la pesca artesanal, actividad de suma importancia en la construcción de la cultura y la economía del país. Las comunidades pesqueras enfrentan varias disputas internas y externas, una de las cuales se presenta en el trabajo: las disputas por el territorio de andainas en el Estuario Laguna dos Patos, más específicamente en la comunidad de Ilha dos Marinheiros, ubicada en el municipio de Río Grande - RS. El trabajo de campo se llevó a cabo en la apertura de la cosecha de camarón rosado, el primero de febrero. Se acompañó una familia de pescadores de la comunidad, padre, madre e hijo, en los preparativos, en la primera cosecha. A través de técnicas de investigación de trabajo de campo: entrevistas, registros fotográficos y grabaciones de video y audio, se registró que estos conflictos tienen varias facetas, como la falta de respeto a estos territorios entre generaciones, y los pescadores artesanales que vienen de otras regiones y disputan las andainas. También existe un conflicto entre licenciatarios y no registrados, llamados "piratas". Otra disputa importante a destacar es con los pescadores que utilizan el arte del berimbau. Las andainas son territorios, de gran importancia para delimitar espacios y paliar conflictos, posibilitando el uso del arte de pesca saquinho/aviãozinho, que permite la reproducción social y económica de los pescadores, además de asegurar una mayor sostenibilidad al medio ambiente.

Palabras clave: Pesca artesanal. Andaina. Territorio. Ilha dos Marinheiros. Laguna dos Patos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Disposição de andainas de pescadores.....	21
Figura 2: Organização dos apetrechos de pesca, para instalar a andaina.	22
Figura 3: Organização dos apetrechos de pesca, para instalar a andaina (na foto Viviane Alves, Juan Carvalho e Paulo Carvalho).	23
Figura 4: Galpão onde a família guarda os apetrechos de pesca.....	24
Figura 5: Carregador e baterias - utilizadas para a iluminação da pescaria.	24
Figura 6: Baterias e lâmpadas de LED que são utilizadas na pesca.	24
Figura 7: Lâmpadas utilizadas na pescaria.	25
Figura 8: Saída para instalar a andaina.	26
Figura 9: Transporte das baterias e lâmpadas para a andaina.	27
Figura 10: Disposição dos calões, redes e baterias com lâmpadas.	28
Figura 11: Estrutura interna da canoa para pernoite.	29
Figura 12: Momento da despesca - "de bater as redes".....	29
Figura 13: Preparação do camarão para comercialização.	30
Figura 14: Comercialização do camarão para o comprador.	31
Figura 15: Diálogo com os pescadores "piratas" para acordar sobre o uso da andaina.	33

SUMÁRIO

1 Introdução	9
1.1 Justificativa.....	10
1.2 Objetivos	10
1.2.1 Objetivo geral.....	10
1.2.2 Objetivos específicos	10
1.3 Apontamentos metodológicos	11
1.3.1 Trabalho de campo	11
2 território e Pesca artesanal	13
2.1 Primeiro momento: atividade pesqueira artesanal	13
2.2 Segundo momento: territórios e territorialidades da pesca artesanal.....	17
3 Os Territórios das andainas de pescadores artesanais do Estuário da Laguna dos Patos	19
3.1 As andainas como territórios	19
3.2 Dinâmica territorial da andaina de uma família de pescadores artesanais da Ilha dos Marinheiros	21
4 Conflitos territoriais na pesca do camarão-rosa e as andainas como garantia do território no Estuário da Laguna dos Patos	32
4.1 O respeito às andainas, e os conflitos por território	32
4.2 Disputas por território entre pescadores de saquinho/aviãozinho e de berimbau	34
5. Conclusões	39
Referências	42

1 INTRODUÇÃO

A pesca Artesanal é uma atividade que gera emprego e renda para diversas famílias e comunidades espalhadas pelo Brasil, tem muita importância na construção da cultura e economia dessas comunidades e do país. Os conflitos que surgem dessa atividade também são diversos e este trabalho abordará as disputas por território na pesca do camarão-rosa, no Estuário da Laguna dos Patos, no município de Rio Grande. É de suma importância o estudo dessas disputas, pois elas constroem e reconstróem os territórios das comunidades que vivem da pesca artesanal.

Sendo assim, as disputas por território são cada vez mais presentes nas comunidades pesqueiras e a compreensão do território ocorre a partir da ecogênese territorial, como Raffestin (1986) apud De Paula (2018) define, na qual a delimitação, a centralização e a comunicação são o cerne do processo de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR). Este processo passa por três estágios, são importantes para a delimitação do território, De Paula (2018) aponta a importância deste arranjo territorial para as comunidades pesqueiras, que lutam pela permanência em seus territórios tradicionais. Os pescadores para dificultar a desarticulação deste território, se organizam e fazem acordos entre si para reivindicar direitos, por muitas vezes, os movimentos sociais se engajam nestas lutas, com isso eles conseguem barrar a interferência externa no arranjo territorial.

Foi realizada uma pesquisa de campo e a coleta de dados para apresentar as disputas por território no Estuário da Laguna dos Patos, mais especificamente na comunidade da Ilha dos Marinheiros, situada no município de Rio Grande – RS. O período escolhido para melhor entender essas disputas foi no início da safra do camarão-rosa, no dia primeiro de fevereiro de 2021, porém, foi também observado o dia anterior: trinta e um de janeiro, que é quando são instalados os apetrechos fixos utilizados durante a safra. O trabalho de campo foi fundamental para entender a dinâmica da pesca artesanal deste o preparo dos apetrechos para a pesca, a pescaria propriamente dita, e especialmente as disputas por território.

Foram realizadas entrevistas com uma família de pescadores que foi acompanhada, além de ter registro fotográfico para ilustrar a atividade de fixação das andainas, os apetrechos utilizados e todo processo que foi feito ao longo do dia. Também foram realizadas gravações de áudio durante o tempo em que foi acompanhado os preparativos da família para o início da safra.

É primordial agradecer a esta família que dedica sua vida em prol da pesca artesanal, pois, como já foi citado, essa atividade acrescenta a economia local e contribui para a construção da cultura do município. A família que foi acompanhada no presente trabalho é de fundamental importância para a comunidade em que vivem, pois travam lutas diárias pra garantir o território pesqueiro, seja por meios legais ou por acordos firmados no interior da comunidade, com isso, auxiliam na sobrevivência da comunidade pesqueira da Ilha dos Marinheiros. Também merecem

agradecimentos todos os que de alguma forma contribuíram na excelente recepção e proporcionaram momentos indispensáveis para a elaboração deste trabalho, sendo registrados momentos únicos de aprendizagem, vitais, visto que fazem com primazia as atividades da profissão de pescador artesanal e ainda contribuem para o melhor convívio na comunidade pesqueira.

1.1 Justificativa

Uma das motivações para realizar um trabalho sobre esse tema foi a falta de conhecimento sobre o mesmo no município do Rio Grande, uma zona costeira que tem parcela de sua economia baseada na pesca. Outro motivo foi a falta de convívio do autor com os pescadores artesanais ou com uma comunidade pesqueira. Assim, através deste trabalho, ficam registradas diferentes informações absorvidas sobre o tema e uma possível contribuição para com a luta dos pescadores artesanais pelo seu território, que pode ocorrer na divulgação do mesmo em aulas de Geografia, visando uma conscientização. Ou ainda, através de um engajamento nas lutas das comunidades e dos movimentos sociais.

O trabalho também irá contribuir para outras pesquisas na área da Geografia sobre o tema, pois, mais estudantes poderão pesquisar sobre o tema pesca. E desta forma poderão contribuir com outras pesquisas produzindo embasamentos teóricos para as lutas em defesa das comunidades pesqueiras. Portanto, este trabalho também atrai atenção para o tema e contribui para a luta das comunidades pesqueiras.

Além disso, este trabalho poderá auxiliar na compreensão, enquanto sociedade, da importância da pesca artesanal e da interferência do poder público para garantir o direito ao território pesqueiro dos pescadores legalizados. Alertar aos órgãos competentes sobre a necessidade de registro e fiscalização das andainas, como forma de diminuir conflitos por território, e garantindo continuidade à pesca artesanal do camarão-rosa da região.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Compreender a dinâmica territorial dos pescadores artesanais de saquinho/aviãozinho do Estuário da Laguna dos Patos, considerando o papel das andainas enquanto território e aos conflitos decorrentes de sua apropriação.

1.2.2 Objetivos específicos

- Entender no campo teórico e prático as especificidades das disputas por território na pesca artesanal;

- Analisar a organização territorial da pesca do camarão-rosa, a partir do estabelecimento de andainas;
- Discutir a importância da manutenção das andainas, para a permanência da pesca artesanal do camarão no município de Rio Grande, e a sustentabilidade tanto do Camarão quanto da comunidade pesqueira.

1.3 Apontamentos metodológicos

1.3.1 Trabalho de campo

O trabalho de campo foi realizado no início da safra do Camarão-rosa no estuário da Laguna dos Patos que acontece anualmente no dia primeiro de fevereiro. Ele foi realizado mais especificamente na Ilha dos Marinheiros e foi fundamental para entender como os pescadores se preparam para a safra, além disso foi importante para analisar como acontecem as disputas por territórios no estuário da laguna que é o objetivo principal deste trabalho.

O trabalho de campo foi focado na vivência compartilhada durante um dia de grande importância para a pesca na região, abertura da safra, acompanhando as atividades de uma família de pescadores. Essa família é composta pelo casal de pescadores Paulo Carvalho e Viviane Machado Alves, e pelo seu filho Juan Alves Carvalho.

Roteiro

Chegada na Ilha dos Marinheiros: 8h30

Período da manhã:

Observação Participante. Objetivo: compreender a organização da Andaina.

1º momento a organização do material para a pescaria: apetrechos no galpão, na canoa, na bateira;

2º momento preparação da andaina: calões, taquaras, redes, como estão dispostas.

Recursos: Fotografias e pequenas filmagens.

Período da tarde:

Entrevistas Semiestruturadas: Objetivo: compreender a andaina como território, e os conflitos entre pescadores de saquinho e de berimbau.

Primeiro Bloco de Entrevistas: Território da Andaina

1) Desde quando a andaina é ocupada por eles. Buscando o histórico de ocupação.

2) A dinâmica das andainas na Ilha dos Marinheiros. Buscando saber se ainda são utilizadas e respeitadas. Perguntar também quais os pescadores que têm as andainas mais antiga, como os mais novos se posicionam sobre as andainas, se há uma lógica familiar de uso.

3) Conflitos entre pescadores de saquinho, por andainas. Observar os conflitos entre pescadores nos territórios das andainas.

Segundo Bloco de Entrevistas: pesca do berimbau

4) O atual período de pesca de camarão favorece os pescadores de saquinho ou de berimbau? Qual seria o melhor período?

5) Por que a pesca de berimbau é considerada predatória, concorda?

6) Acha que a pescaria de berimbau deveria ser proibida sempre e para todos? Haveria exceções?

Recursos: Gravação de áudio, filmagens e fotografia.

Período da Noite:

Acompanhamento dos processos da pesca de camarão-rosa, na andaina.

2 TERRITÓRIO E PESCA ARTESANAL

No Brasil, a pesca é uma das atividades econômicas mais antigas e conta com políticas governamentais para sua organização e administração. No decorrer da história brasileira, referentes à pesca, foram elaborados: leis, decretos e regulamentos. No estado do Rio Grande do Sul, a pesca artesanal é uma atividade de grande destaque econômico, principalmente, se tratando da pesca do camarão-rosa, onde a laguna dos Patos fica repleta de pescadores artesanais.

O município do Rio Grande é o mais antigo do estado do Rio Grande do Sul, está localizado às margens da Laguna dos Patos, que se interliga com o Oceano Atlântico na região estuarina. O Estuário da Laguna dos Patos sofre influência direta das águas oceânicas com lagoas adjacentes formando um sistema lagunar. Este sistema oferece uma área favorável para criação, reprodução e alimentação de peixes e crustáceos, destacando-se o camarão-rosa. Sabe-se que neste estuário desenvolve-se grande estoque deste crustáceo, sendo responsável por grandes quantidades para fins comerciais.

Além das relações ecossistêmicas, no Estuário da Laguna dos Patos se observa conflitos sociais, entre pescadores artesanais e com empresas de diversas atividades que utilizam ou impactam de alguma forma o referido estuário. Também há embates entre pescadores e o poder público, mas, pouco se sabe dos conflitos que acontecem por territórios entre pescadores artesanais que utilizam a arte da pesca “saquinho/aviãozinho” e pescadores de berimbau, na pesca do camarão-rosa.

Desta forma, torna-se importante abordar este conflito especificamente. Para isso, em um primeiro momento serão apresentados conceitos fundamentais para compreender a atividade pesqueira artesanal: pesca, pesca artesanal, pescador artesanal, e comunidades pesqueiras. E, em um segundo momento, será abordada a dinâmica territorial da pesca, através dos conceitos de território e territorialidade, bem como do processo de territorialização na pesca artesanal. Essas discussões teóricas estarão baseadas especialmente na tese de De Paula (2018): Geografia(s) da Pesca Artesanal Brasileira.

2.1 Primeiro momento: atividade pesqueira artesanal

A pesca artesanal será abordada a partir de De Paula (2018), que retoma conceitos da legislação pesqueira, e estabelece conceitos em diálogos com movimentos sociais, especialmente o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP, que promove campanha pelo território pesqueiro¹.

¹ <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com/>

Partindo do pressuposto que o estuário da Laguna dos Patos é um importante pesqueiro de camarão-rosa e, por isso, atrai um grande número de pescadores artesanais e industriais, a legislação tem importância para viabilizar o ordenamento pesqueiro.

Assim, sobre a pesca, a Lei N 11.959 de 2009 (BRASIL, 2009), estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca, define a pesca como “toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros” (Capítulo II, Art. 2º).

Logo, abordando a atividade pesqueira, é registrado que mesmo o Estado separando a pesca artesanal da atividade pesqueira, o movimento social, por sua vez, define a atividade pesqueira como um todo, ampliando esta definição e valorizando diferentes pontos, como a tradição cultural da pesca e suas consequências no ambiente explorado (DE PAULA, 2018).

Sendo assim, verifica-se que o Estado limita ser pescador artesanal somente quem possuir o “Registro Geral da Pesca”² e que realize a pesca. Já na visão do movimento social, não é apontado o pescador por registro e sim como ser individual e coletivo ao mesmo tempo, pois, juntos e separados, acabam participando de diferentes atividades referentes à pesca, seja nas comunidades pesqueiras ou por registros resultantes das diferentes relações do pescador com o ambiente em que atua por décadas (DE PAULA, 2018).

Importante também registrar que para o Estado, a pesca artesanal é específica e distingue-se das demais modalidades de pesca devido as relações de trabalho realizadas onde o pescador artesanal é proprietário do seu meio de produção. Mas, o movimento social difere a pesca artesanal no setor pesqueiro de acordo com sua produção artesanal, que não tem por objetivo somente explorar os recursos naturais em prol de um lucro financeiro exacerbado. Pois, é baseada na habilidade de manejar o meio ambiente utilizando técnicas que visam não provocar a degradação, com base no conhecimento adquirido referente a natureza, seus ciclos e limites (DE PAULA, 2018).

Esta relação, para o movimento social está muito além de uma simples produção pesqueira, pois, estabelece uma série de vínculos comunitários com base no apreço e na solidariedade, resultantes e registrados na cultura da pesca artesanal (DE PAULA, 2018). Logo, a atividade pesqueira artesanal é definida como uma atividade econômica muito importante para a soberania alimentar brasileira, mas, não se limita somente aos valores financeiros, estabelece elos sociais de suma importância.

Passando a natureza legislativa, sobre a Pesca Artesanal, para fins comerciais, a Lei N.11.959 de 2009 (BRASIL, 2009) apresenta a Pesca Artesanal: “Quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar

² Registro Geral de Pesca – RGP – é o documento que reconhece o pescador artesanal como uma categoria profissional.

embarcações de pequeno porte. (Seção I, Artigo 8º).” Ou ainda, considera-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e apetrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal (Seção II, Artigo 4º).

Sendo interessante registrar que para a concessão de Seguro Defeso de Pesca Artesanal o Decreto 8424 de 2015 (BRASIL, 2015A, 2015) compreende que essa deve ser uma atividade exclusiva e ininterrupta, sendo que:

“Considera-se ininterrupta a atividade exercida durante o período compreendido entre o término do defeso anterior e o início do defeso em curso ou nos doze meses imediatamente anteriores ao início do defeso em curso, o que for menor” (Artigo 1).

Esse decreto foi imensamente combatido pelos movimentos sociais da pesca, e, por isso, não está em vigor. Assim, como aponta De Paula (2018) a pesca artesanal é definida como uma atividade extrativista, artesanal e territorial, para fins de seu sustento e comércio, realizada com base na aprendizagem adquirida de forma tradicional, no decorrer de sua vida. E nesta aquisição em seu cotidiano, são adquiridos ensinamentos referentes aos fenômenos naturais e aos limites impostos pela natureza no uso de ferramentas que causem baixo impacto ambiental.

Logo, integram a pesca artesanal diferentes atividades como: captura, construção e manutenção de suas ferramentas de pesca e embarcações, apetrechos de pescas. Bem como também são desenvolvidas as atividades de manuseio, beneficiamento e a comercialização do pescado (DE PAULA, 2018). E por consequência acabam trocando saberes e construindo características específicas cada comunidade pesqueira, diversificando as formas de realizar a pescaria.

Devido à piracema, que é o período de reprodução das espécies pesqueiras, ou por consequência de mudanças ambientais que reduzem os estoques pesqueiros, pode ocorrer a interrupção da pesca, o que leva muitos pescadores a realizarem outras atividades econômicas para o sustento familiar. Isso contraria a legislação trabalhista, que ao não considerar a pesca em sua globalidade, exige que os pescadores artesanais não desenvolvam outras atividades para fins econômicos, quando, na verdade, esses períodos de parada são fundamentais para a renovação das espécies e continuidade da pesca artesanal (DE PAULA, 2018).

Outro fato é que as embarcações de pequeno porte e a pesca desembarcada, incluindo a pesca do camarão-rosa, resultam na maior dependência dos pescadores aos recursos locais, o que, conjuntamente com outros aspectos concretos e abstratos, resulta na territorialização das comunidades. Promove a produção de alimentos, que contribui com a soberania alimentar das comunidades e sociedade geral, e importantes serviços ambientais, por meio do manejo dos ecossistemas que integram o território tradicional (DE PAULA, 2018).

Sobre ser pescador e a pescadora artesanal, o decreto 8.425 de 2015 (BRASIL, 2015), que previa normas para a concessão do Registro Geral de Pesca, e estabelecia no artigo 2º

categorias de pescadores apresenta “pescador e pescadora profissional artesanal”, como “pessoa física, brasileira ou estrangeira, residente no país, que exerce a pesca com fins comerciais de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com arqueação bruta menor ou igual a vinte”. Este decreto tentou inserir a categoria de “trabalhador e trabalhadora de apoio à pesca artesanal” definido como “trabalhador e trabalhadora de apoio a pesca artesanal – pessoa física que, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, exerce trabalhos de confecção e de reparos de artes petrechos de pesca, de reparos em embarcações de pesca de pequeno porte ou atua no processamento do produto da pesca artesanal”. Esta definição foi revogada no Decreto nº 8.967, de 2017 (BRASIL, 2017), por mobilização do movimento social que via que tal política viria a desqualificar profissionalmente, e reduzir o acesso às políticas públicas trabalhistas e previdenciárias, especialmente às pescadoras artesanais.

Já os territórios de pesca artesanal abrangem pesqueiros, matas, manguezais, ranchos, de pesca e locais de beneficiamento De Paula (2018). Nesses espaços o poder se manifesta nos saberes, que por sua vez é adquirido pela troca, entre os comunitários, de conhecimentos tradicionais, que promovem as práticas tradicionais de uso do território. Esse saber integra informações funcionais e regulatórias (RAFFESTIN, 1996 apud DE PAULA, 2018) dentro das comunidades, repercutindo nas relações, por meio de acordos que acontecem no cotidiano da comunidade e na pesca.

Portanto essas territorialidades não são estáticas, elas fluem conforme os acontecimentos, se apresentam nos pesqueiros, trajetos, canais e varadouros. Elas mudam conforme a dinâmica da natureza e do movimento da pesca. No entanto, as áreas terrestres, onde se localiza as atividades de trabalho, manejo do pescado, moradias e o cotidiano dos pescadores e suas famílias, são também parte das territorialidades e ocupam um importante papel de centralização da comunicação e nela se evidencia a gestão comunitária (DE PAULA, 2018).

Por mais que seja complicado definir comunidades pesqueiras, elas têm direito de autoidentificação uma vez que se constituem enquanto povos tradicionais. Porém, mesmo elas sendo diversas, com suas características específicas, elas apresentam alguns elementos, que são por vezes comuns nas diversas comunidades. Esses elementos são a tradicionalidade, a organização social e também a identidade com o território. São grupos diferentes, visto que cada comunidade tem sua cultura, suas especificidades, mas que tem como semelhança a utilização da pesca como modo de viver, utilizam os saberes tradicionais para apropriar-se dos recursos do ambiente, fazem sua própria governança constituídas por meio de acordos e pactos entre relações sociais e de parentesco. O território em comum, se estabelece com as relações

simbólicas e materiais da terra e do mar e nela surge a condição para reprodução social (DE PAULA, 2018).

2.2 Segundo momento: territórios e territorialidades da pesca artesanal

Com base em Raffestin (1986) e De Paula (2018), serão apontadas definições sobre: território, territorialidades e o processo de territorialização na pesca.

Raffestin (1986) apud De Paula (2018) alerta para o momento anterior da delimitação do território que é a compreensão do espaço, Raffestin diz que “É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território”. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço.” Isso faz compreender a formação do território, que para Raffestin (1986) constitui a ecogênese territorial, na qual a delimitação, a centralização e a comunicação são o cerne do processo de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR). É importante ressaltar como se entende a Territorialização nessa perspectiva:

De acordo com a nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se auto modificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. (RAFLESTIN, 1986, p. 158).

Por fim Raffestin (1986), faz uma análise das invariantes territoriais (nós, redes e malhas) que é um fator importante para compreender a dinâmica de criação e regulamentação das “reservas” (podem ser lidos como recursos ambientais) pelas comunidades tradicionais de pescadores (DE PAULA, 2018).

A ecogênese do território é importante para entender a delimitação do território, o arranjo territorial onde as comunidades pesqueiras lutam pela permanência no mesmo. Nesse território os pescadores se organizam e fazem acordos entre si para reivindicar direitos com auxílio muitas vezes de movimentos sociais, por muitas vezes evitam a interferência externa no arranjo territorial. Portanto o TDR da pesca artesanal, proposto por De Paula (2018) apresentam três estágios, esses estágios não são entendidos isoladamente, eles são vistos por processos dinâmicos. Começa por um estágio onde o território não é delimitado, um território que os pescadores artesanais utilizam os recursos ambientais, para realizar o manejo conforme as condições da natureza.

Então, os conhecimentos sobre o espaço que facilitam o acesso aos recursos, além da arte da pesca (técnicas e apetrechos) e as condições ambientais são os elementos que fazem surgir as territorialidades. E esses, saberes, são compartilhados na comunidade que manifesta a apropriação do território. Logo, neste estágio, o território não é delimitado, não tem uma malha definida, ele é como uma rede influenciada pela dinâmica da natureza, de onde está o pescado (camarão-rosa, peixes e etc.) e ligada ao local de moradia dos pescadores, isso que define a territorialidade visto que as condições de navegação para os pescadores artesanais são reduzidas (DE PAULA, 2018).

Segundo de De Paula (2018) estágio, após os recursos ambientais estarem menos acessíveis, surge a necessidade de uma busca maior por esses recursos, vistos que eles estão reduzidos pelas condições naturais ou até mesmo excesso de uso. Portanto, surge um certo poder, quando o saber da localização desses recursos e das técnicas de como obter os mesmos estão com uma família ou um grupo de pescadores dentro da comunidade. Porém esse poder não resulta em domínio do território, pois esse saber é compartilhado por acordos verbais de uso. Logo, as informações funcionais e regulatórias se combinam (RAFFESTIN, 1996) e há soberania da comunidade, pois o tempo da produção se mantém em compasso com o tempo do consumo (TAPIA, 2008).

E por último, no terceiro estágio, De Paula (2018) aponta que frente a redução expressiva de recursos pesqueiros ou até mesmo a pressão pelo aumento da produção devido as demandas apresentadas, fazem com que, os saberes, que eram utilizados para harmonizar e realizar acordos verbais com seu uso comum, agora serem utilizados em estratégias de apropriação e domínio. Com isso surgem embates por recursos naturais, técnicas e até mesmo de espaços de convívio comunitário. Estas disputas resultam em impactos ambientais e fazem surgir conflitos por território de diversas ordens, entre comunidades pesqueiras e até mesmo com usuários exógenos. Assim, De Paula (2018) declara:

Quando as cisões se dão no âmbito comunitário, em contextos de gestão comunitária, a comunicação pode ser reestabelecida. Novos acordos de uso são estabelecidos, na perspectiva da restauração das relações sociais. Assim, internamente, o território volta a ser fluido (não necessariamente em sua totalidade). Geralmente isso se restringe a comunidade que reestabeleceu a comunicação, que tem área de moradia e vivência situada nas proximidades dos pesqueiros. Em De Paula (2013) destacou-se que esses territórios são amplamente reconhecidos no âmbito intercomunitário (DE PAULA, 2018, p.374).

De Paula (2018) assim destaca que esse contexto de conflitos por território pode ser reduzido no âmbito comunitário e intercomunitário, quando a comunicação é reestabelecida.

3 OS TERRITÓRIOS DAS ANDAINAS DE PESCADORES ARTESANAIS DO ESTUÁRIO DA LAGUNA DOS PATOS

Com base nas concepções apresentadas no item anterior, que permite compreender a pesca, os pescadores, comunidades pesqueiras e seus territórios e territorialidades, na continuidade será discutida uma dinâmica territorial específica. Serão apontadas as definições das andainas e, como os pescadores as utilizam para delimitar o território de pesca e, sua importância dentro do processo de disputa por território de pesca entre pescadores de camarão-rosa na Laguna dos Patos, na atividade pesqueira artesanal.

3.1 As andainas como territórios

Baseando-se em De Paula (2018), é possível identificar ações que objetivavam estabelecer uma gestão territorial realizadas pelos pescadores artesanais, estes por deterem a experiência referente aos locais do pesqueiro que eram mais produtivos, criaram a territorialidade para garantirem o direito de uso destes locais para as comunidades locais.

Ao abordar as territorialidades dos pescadores artesanais, De Paula (2011), pauta suas observações com base na concepção de Sack (1986, p.5), afirmando que “a territorialidade humana consiste numa estratégia geográfica poderosa para controlar pessoas e coisas através de um controle de área”.

E assim, sabe-se que a primeira formação social do Estuário da Lagoa dos Patos era composta por grupos de caçadores-coletores, seguidos pelos imigrantes açorianos. Mas, os imigrantes tinham a pesca como solução para suas necessidades, instalados em Rio Grande, tiveram sua presença confirmada na década de 1870, quando chegaram mais imigrantes e também se dedicaram as pescarias no estuário e na costa adjacente (DE PAULA, 2011).

No processo de construção da identidade dos pescadores artesanais do estuário da Laguna dos Patos, além da origem indígena e Portuguesa-Açoriana, é fundamental destacar o papel dos descendentes de africanos, que após a abolição de escravatura no Brasil, viram na pesca artesanal possibilidade de subsistência. E, já em meados do século XX, por influência das políticas estatais para o fomento à pesca industrial, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEP, dos pescadores catarinenses, que migravam para o Estuário da Laguna dos Patos durante os períodos da pesca do camarão, e que influenciaram muito nas características das técnicas e apetrechos de pesca utilizados na região (DE PAULA, 2011).

Ainda com base em De Paula (2011), registra-se que em busca de garantir a pesca em seu território e nos locais mais produtivos, os pescadores artesanais do Estuário da Lagoa dos Patos estabeleceram territorialidades chamadas de andainas desde a década de 70, quando foram adotadas as redes de saco (saco de canal, saquinho e aviãozinho) como artes de pesca

para a captura do camarão-rosa. Outra consequência na organização territorial da pesca, ocorreu em 1996, quando as organizações sociais relacionadas com a pesca criaram o Fórum da Lagoa dos Patos. Este Fórum visava, inicialmente, proibir a entrada de pescadores catarinenses no estuário e, para tal ação, foi proposta a exigência de que para pescar no Estuário da Lagoa dos Patos de Licenciamento Ambiental para a Pesca Artesanal, exclusiva pra que atestasse residência em comunidades locais, por meio da Instrução Normativa MMA SEAPE N.03 de 2004 (BRASIL, 2004).

Neste documento, existe o comprometimento do pescador para que utilize somente as redes determinadas e o local a ser utilizado para a pesca de acordo com a andaina. E assim, ação pós ação, dá origem a um certo controle da territorialidade por parte dos pescadores artesanais locais. Com isso, as andainas se tornaram uma forma territorial de apropriação do território pesqueiro do Estuário da Lagoa dos Patos pelos pescadores artesanais locais que, nesse processo, retomaram o posto de atores territoriais endógenos (DE PAULA, 2011).

As andainas delimitam os espaços de cada pescador artesanal. Conforme foi aumentando o número de pescadores artesanais, as territorialidades delimitadas pelas andainas foram sendo motivo de conflitos entre os pescadores artesanais de saquinho/aviãozinho que utilizam as andainas e com os pescadores artesanais que utilizam outras artes de pesca, como o berimbau³, que não respeita essa territorialização.

No Estuário da Laguna dos Patos existem outros territórios sobrepostos. Destaca-se que o Estado delimita como estuário a linha imaginária, que indica o limite médio da chegada da água salina na Lagoa dos Patos. A imposição de instruções normativas e portarias em um território que não tem limites bem definidos não são efetivas uma vez que nem os pescadores nem os peixes estão fixos e que não reconhecem esse limite “imaginário” como uma barreira.

As andainas constituem territórios que foram estabelecidos pelos pescadores artesanais na pesca do camarão-rosa, para ordenar o uso de artes de pesca fixas, o saquinho ou aviãozinho⁴. Conclui-se que, ainda hoje, a escolha do local de estabelecimento da “andaina” está relacionada com os saberes tradicionais dos pescadores. Pescam sempre na mesma “andaina” os que estão territorializados em áreas de maior produtividade (DE PAULA, 2011) e desejam que essas territorialidades sejam mantidas.

Quando o Estado adotou o registro de “andaina” no licenciamento ambiental, objetivou minimizar conflitos por áreas de pesca do estuário, logo a ação territorial se mantém a nível regional – território do Estuário da Lagoa dos Patos. Assim, ignorou as particularidades inerentes

³ É uma rede de arrasto de pesca do camarão, de pequeno porte, puxada geralmente por uma pessoa. É atualmente proibida na Lagoa dos Patos, mas muito utilizada pelos pescadores eventuais. Em alguns casos, vários berimbaus podem ser puxados por embarcação, aumentando a pesca predatória. (CONCEIÇÃO E ALVES, 2021)

⁴ Aviãozinho: São as redes de espera que são colocadas na andaina para a pesca do camarão na Lagoa dos Patos. São partes do aviãozinho a manga, boca, o corpo e funil. Saquinho: Arte de pesca do camarão semelhante ao aviãozinho, a diferença é que na pesca de saquinho não se utiliza luz pra atrair o camarão (CONCEIÇÃO E ALVES, 2021)

às áreas de pesca. A adoção da “andaina” pelo Estado não deve se resumir à gestão de “pescadores”, mas, um direito das comunidades de fazerem a gestão da pesca. Enquanto os pescadores instituíram “andainas” para controlar a pesca nas áreas mais produtivas o Estado se apropriou das “andainas” para gerir os pescadores, tanto que não há qualquer controle do número de “andainas” por área de pesca, o que acaba gerando mais conflitos (DE PAULA, 2011).

3.2 Dinâmica territorial da andaina de uma família de pescadores artesanais da Ilha dos Marinheiros

Para entender como as andainas se posicionam no espaço do Estuário da Lagoa dos Patos, será realizado um breve relato do trabalho de campo feito no início da safra do Camarão-rosa, em fevereiro de 2021.

As andainas dos pescadores registrados são fixadas, em um espaço pré-determinado, no dia primeiro de fevereiro, início da safra do camarão-rosa, elas são “fixadas” ao longo do estuário da Lagoa dos Patos. Uma Andaina é composta por até 10 redes, elas são sustentadas por estacas de bambu ou eucaliptos, conhecidos como calões⁵, e aros de ferro. Elas ficam em formato de Y e são perpendiculares, uma Andaina registrada forma dez “Y” perpendiculares (Figura 1).



Figura 1: Disposição de andainas de pescadores.
Fonte: Dos Anjos (2021).

⁵ Calão: São varas de eucalipto utilizadas para fixar as redes (CONCEIÇÃO E ALVES, 2021).

Durante o dia as redes ficam suspensas fora da água para não acumular “sujeira”, apenas no período da noite que são postas na água e coloca-se lâmpadas ligadas em baterias, pois, durante a noite, a luz atrai os camarões. Porém, também tem as andainas de pescadores que não são registrados, chamados de “piratas”, essas são dos mesmos formatos e com os mesmos materiais, mas eles por muitas vezes ultrapassam o limite de dez redes e não tem espaços pré-determinados por registros. Com isso, eles colocam em espaço de andainas registradas até pelo fato de não terem disciplina em relação ao início da safra, eles podem “fixar” as andainas antes do início da safra ou depois, além de colocar em um espaço e ir mudando ao longo da safra, entrando em disputas por território.

8 horas e 20 minutos

Na residência da senhora Viviane Machado Alves (conhecida como Vivi), foi possível se dirigir a lateral da casa, onde tem a saída para a lagoa, lá estavam o seu esposo Paulo Carvalho (conhecido como Paulinho) e o seu filho Juan Carvalho, junto as embarcações, preparando os apetrechos (redes e taquaras) para a pesca (Figuras 2 e 3). As redes ficavam armazenadas em um galpão no fundo da casa da família, porém já tinham sido transportadas para as embarcações, as taquaras são retiradas do lado da saída da embarcação, ali tinha várias taquaras plantadas, mas elas também já tinham sido retiradas para colocar nas embarcações.



Figura 2: Organização dos apetrechos de pesca, para instalar a andaina.
Fonte: Dos Anjos (2021)



Figura 3: Organização dos apetrechos de pesca, para instalar a andaina (na foto Viviane Alves, Juan Carvalho e Paulo Carvalho).
Fonte: Dos Anjos (2021)

Foi observado a senhora Viviane, o Juan e o Paulinho no preparo das embarcações para a pesca e relataram as dificuldades atuais da pesca na Ilha, também comentaram que o vizinho da direita deles tem autorização pra pesca, mas não pesca mais na andaina, ele cede para outro vizinho.

Além dessas “tramas” ainda falaram que, hoje em dia, tem muitos “piratas” (pescadores artesanais que não tem registro pra pesca), e que estes colocam redes e não respeitam as andainas de outros pescadores, situação que piorou muito nos últimos dois anos, pois o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA, que é o responsável pela fiscalização, não fiscaliza mais como antigamente.

Segundo a senhora Viviane, a situação da pesca piorou com o governo Bolsonaro, ela relata que no tempo do Governo Lula, os pescadores artesanais tinham mais acesso a financiamentos do governo para compra de embarcações e apetrechos para a pesca, além das fiscalizações mais presentes e isso inibia os “piratas” e as “tramas” de quem tem registro para burlar o sistema. Após o Governo Lula deixar foram enfraquecendo as políticas públicas para os pescadores artesanais, porém no Governo Dilma ainda se mantinha alguma política, mas nos governos Temer e Bolsonaro esse quadro se agravou e as políticas voltadas para o pescador artesanal foram se tornando precárias.

Logo após a conversa, foram colocadas as baterias pra carregar no galpão (Figura 4), elas são utilizadas para acender as lâmpadas durante a noite, isso atrai o camarão-rosa para as redes. As baterias são carregadas todas de uma só vez, com o uso de carregador (Figuras 5 e 6).



Figura 4: Galpão onde a família guarda os apetrechos de pesca.
Fonte: Dos Anjos (2021)



Figura 5: Carregador e baterias - utilizadas para a iluminação da pesca.
Fonte: Dos Anjos (2021)



Figura 6: Baterias e lâmpadas de LED que são utilizadas na pesca.
Fonte: Dos Anjos (2021)

O senhor Paulo explicou que a um tempo atrás, as lâmpadas (Figura 7) que utilizavam para atrair o camarão eram maiores e mais caras, agora foi se modernizando e tornando-se mais baratos os apetrechos para a iluminação, especialmente pela possibilidade de comprar pela internet. Relatou que esse ano estava começando a experimentar as lâmpadas de *LEDs* que comprou pela internet, então algumas baterias ainda teriam presas a elas lâmpadas mais antigas e outras com as lâmpadas de *LEDs*⁶.



Figura 7: Lâmpadas utilizadas na pescaria.
Fonte: Dos Anjos (2021)

Encontravam-se no galpão: redes antigas que já foram utilizadas, freezer, geladeira e outros tantos apetrechos para de pesca, beneficiamento e venda do camarão-rosa e de outros peixes. Lá também havia um barquinho pequeno que estava sendo pintado pelo Juan para colocar oferendas à lemanjá, apesar de não pertencerem a nenhuma religião, são devotos de lemanjá. No dia dois de fevereiro, o barquinho seria lançado ao Mar⁷ com algumas frutas e enfeites para a lemanjá.

Às 9 horas 21 minutos ocorreu o descolamento para o “mar” de embarcação com o senhor Paulo (Figura 8), e, em outra foram a senhora Viviane e seu filho Juan.

⁶ Até o final da primeira década dos anos 2000 os pescadores artesanais utilizavam para atrair o camarão-rosa a iluminação proveniente de lampiões a gás. Na atualidade utilizam baterias de carro ou de moto e lâmpadas mais eficientes, o que reduziu o investimento diário das pescarias.

⁷ Os pescadores artesanais da região chamam a Laguna dos Patos de Mar.



Figura 8: Saída para instalar a andaina.
Fonte: Dos Anjos (2021)

As duas embarcações se deslocaram por em torno de 100 metros em linha reta para na laguna. A embarcação do senhor Paulo, foi conduzida por ele e navegava com auxílio de uma taquara que servia de remo e a outra embarcação era conduzida pelo Juan, porém navegava com auxílio de uma hélice⁸ ligada a um motorzinho pequeno. Ao chegar na embarcação maior – Canoa⁹, todos passaram para a embarcação maior. E Juan conduziu a canoa em direção as andainas da família, que fica em torno de dois quilômetros a Nordeste no meio do “mar”. Em seguida que a embarcação maior foi ligada, ela parou de funcionar com problemas no motor. O senhor Paulo relatou que tinha enviado para o conserto e o mecânico entregou restando fazer um reparo que ele levaria no outro dia para completar. O Juan foi para a embarcação menor e utilizou a hélice e o motorzinho para rebocar a embarcação maior e a menor.

Chegando nas andainas, os calões já estavam no local, o senhor Paulo tinha posto no dia anterior. Foi ancorada a canoa, foram pegas as taquaras restantes e o senhor Paulo foi com uma das embarcações menores posicionar as redes e as taquaras nas andainas da senhora Viviane e do senhor Paulo, totalizando 18 redes, pois faltavam duas redes para completar as vinte, dez de cada um conforme o direito pelo registro. E o Juan e a senhora Viviane foram colocar as redes na andaina do Juan.

As andainas ficaram posicionadas da seguinte maneira: a primeira ficou a do senhor Paulo com oito redes, após, ficou a da senhora Viviane com dez redes e por último a do Juan com dez redes. Porém as do Juan não foram colocadas todas em sequência, pois, outros

⁸ Chamam de motor de rabeta.

⁹ Canoa: Embarcação de grande porte, costuma medir de oito a dez metros. Se diferencia do bote(13) pelo formato, que é mais arredondado (CONCEIÇÃO e ALVES, 2021).

pescadores avançaram sobre a andaina, assim, Juan, colocou duas redes em paralelo mais a leste do local.

O senhor Paulo explicou a posição da boca da rede, que fica uma virada para o lado da Ilha e outra para o lado do “Mar” e assim sucessivamente. Ainda foi observado que entre a andaina do senhor Paulo e a Ilha, um pescador “Pirata” colocou uma andaina que poderia obstruir a entrada de camarões nas redes, que entrariam viradas para a Ilha. Além desse pescador, o que também dificultaria eram os pescadores artesanais que utilizam a técnica do berimbau para a pesca. Segundo o senhor Paulo, as andainas que ficam próximas a costa, podem ter mais prejuízos com a pesca de berimbau pois essa técnica ocorre nas margens, onde a água é mais rasa. Porém eles também sofrem um certo impacto com essa pesca e acreditam que deveria ter mais fiscalização pelos órgãos públicos.

O trabalho nesse período é de fincar a taquara (calões) e ir colocando as redes, que ficarão levantadas até o anoitecer, pois, o camarão só vai em direção a elas a noite atraído pela luz, portanto mantém elas levantadas para não acumular sujeira, barro e águas vivas. O trabalho foi finalizado por voltas das 13 horas, quando retornaram para terra.

Durante a tarde, após o almoço, as baterias foram verificadas se estavam carregadas e levadas para as embarcações junto com as lâmpadas que já estavam presas nelas (Figura 9). Depois foi realizada uma conversa e uma entrevista que será apresentada neste trabalho.



Figura 9: Transporte das baterias e lâmpadas para a andaina.
Fonte: Dos Anjos (2021)

Às 18 horas foi o segundo deslocamento para o “mar”, agora para arriar as redes e colocar as baterias com as lâmpadas ligadas nas taquaras para atrair o camarão. Enquanto eram colocadas as baterias, o senhor Paulo revistava as redes, pois, elas não ficam totalmente suspensas, então alguns camarões podem entrar (Figura 10).



Figura 10: Disposição dos calões, redes e baterias com lâmpadas.
Fonte: Dos Anjos (2021)

Após colocar a bateria com a luz acesa em todas as redes, já anoitecendo, às 19 horas e 20 minutos, ocorreu o retorno para casa para fazer os preparativos para dormir na canoa que já estava ancorada na andaina, ela serve para vigiar a andaina, pois acontecem de “piratas” passarem a noite e recolherem o camarão pescado nas redes de outros.

Em casa, após os preparativos de roupas e o que levar de travesseiros e cobertas, foi realizada uma conversa no galpão enquanto Juan terminava de lixar e pintar o barquinho de lemanjá. Foi decidido que o senhor Paulo iria dormir na embarcação, pois segundo a senhora Viviane e o senhor Paulo, no restante dos dias da safra quem fica na embarcação é o Juan, por gostar e por muitas vezes ir com amigos fazer a vigília.

Por volta das 22 horas e 20 minutos seu Paulo foi dormir na embarcação, chamou a atenção de como sabem a localização correta das andainas, visto que ficam em torno de dois quilômetros da saída, mas de noite é tudo escuro e a única iluminação são as luzes das andainas ao longo do estuário.

As 4 horas e 30 minutos foi hora de acordar para recolher os camarões pescados. O pesquisador dormiu no colchão de baixo e o senhor Paulo no colchão de cima de uma estrutura de madeira (Figura 11). A embarcação tem uma estrutura boa, com fogareiro para esquentar ou fazer comida, um bom e confortável espaço para duas ou três pessoas dormirem. Também tem possibilidade de levar televisão e rádio, pois, o sinal é bom até mesmo para os celulares.

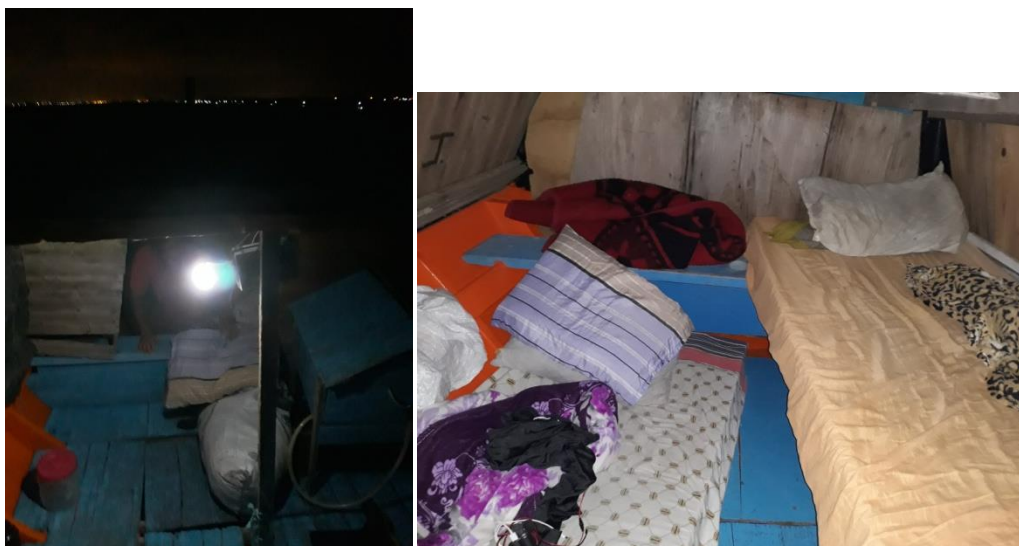


Figura 11: Estrutura interna da canoa para pernoite.
Fonte: Dos Anjos (2021)

Ainda estava escuro na hora de acordar e após tomar o café, passou-se a recolher o camarão nas redes. Em seguida, chegou Juan para recolher o camarão das redes da sua andaina. Na embarcação menor¹⁰ que fica presa à canoa, iniciou-se o processo de retirada do camarão. Iniciado o processo de recolher a pesca (Figura 12), as redes que estavam com as bocas viradas para a Ilha tinham mais “sujeira”, e, mesmo assim o senhor. Paulo optou por não virar a boca das redes, pois segundo ele, na próxima noite pode ser que o vento ou a maré mude e que não surtiria efeito virar. Então seguido o processo, assim que recolhidas, as redes eram suspensas novamente, o processo era o mesmo ao longo de toda a andaina, recolhia os camarões, colocava nos monoblocos e suspendia as redes.



Figura 12: Momento da despesca - "de bater as redes".
Fonte: Dos Anjos (2021)

¹⁰ As embarcações menores são bateiras ou caícos. Caíco: Embarcação de pequeno porte (mede de quatro a cinco metros de comprimento), se diferencia da bateira pelo formato (CONCEIÇÃO e ALVES, 2021).

O senhor Paulo também relatou que o “pirata” que tinha posto as redes em frente a sua andaina, tinha recolhido as redes e foi procurar outro lugar, pois, ali não deve ter pescado. Como ele estava entre a Ilha (terra) e a andaina do senhor Paulo, pode ter ficado bloqueado o fluxo do pescado para as redes, pois na redes que estavam com as bocas viradas pra Ilha só vieram “sujeiras”, por isso, sua pescaria ficou prejudicada, por isso resolveu mudar de local.

Terminado o processo da pesca do camarão por volta das 6 horas e 50 minutos da manhã chegando em terra, os monoblocos cheios de camarões foram transportados com um carrinho de mão pelo senhor Paulo e pelo seu filho Juan até o galpão, onde a senhora Viviane já estava com a estrutura preparada para a separação e a limpeza dos camarões para a venda (Figura 13).

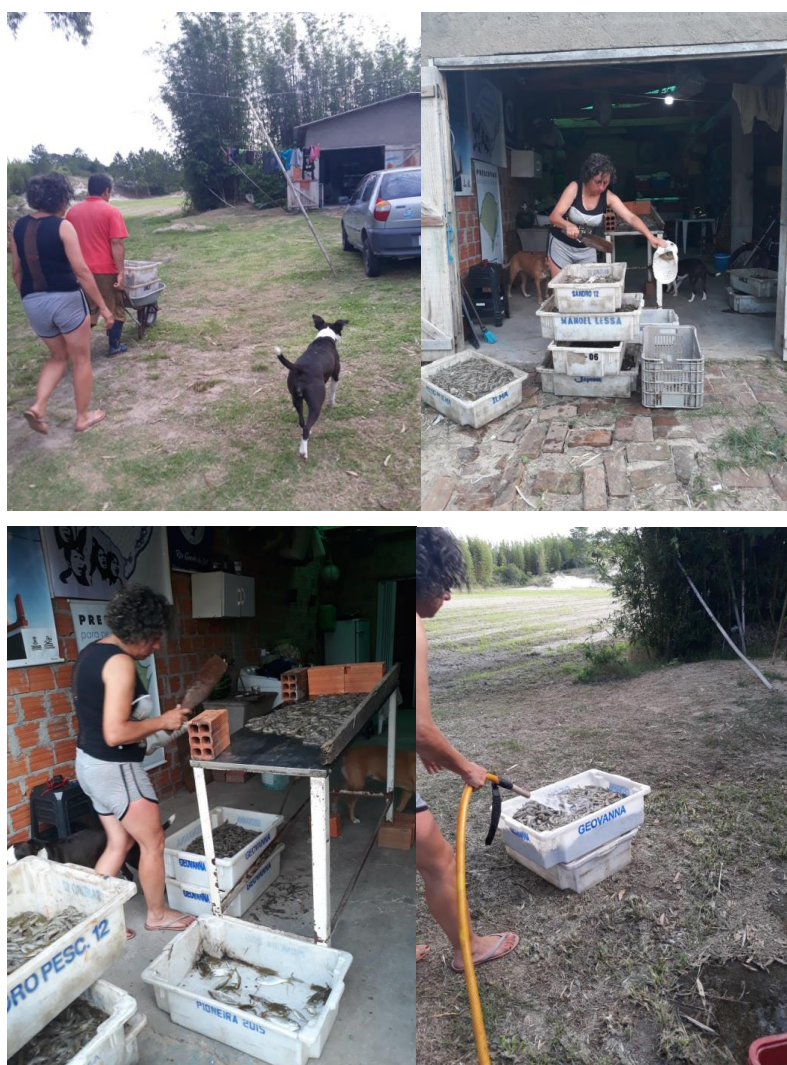


Figura 13: Preparação do camarão para comercialização.
Fonte: Dos Anjos (2021)

Ela separava os camarões dos siris e dos peixes que são pescados juntos, os peixes são jogados fora e os siris não são vendidos, são usados para o alimento próprio da família. Acumula

muita água viva junto com a pesca, portanto é necessário, além da separação, a lavagem dos camarões para que não interfira no peso.

O comprador chega todos os dias por volta das nove horas, dependendo de quanto tempo demora nos outros pescadores vizinhos, visto que ele compra dos pescadores artesanais da Ilha dos Marinheiros para revender fora. Ele vem de caminhão e leva uma balança analógica para fazer a pesagem dos camarões, o preço não é fixo, ele recolhe os camarões vende fora e conforme o preço que ele vai vender fora, ele paga os pescadores artesanais, ou seja, os pescadores artesanais no primeiro momento não recebem nada, até o camarão ser vendido fora, nem sequer sabem o preço do quilo que estão vendendo. O primeiro pagamento, após o primeiro dia de recolhimento, segundo o senhor Paulo é de em torno dois dias. O comprador tem o apelido de Alemão e é, segundo a família do senhor Paulo, de confiança deles, pois sabem que este estará em todas temporadas comprando pra revender fora e que apesar do valor do quilo, por muitas das vezes, ser vendido muito abaixo do esperado, o pagamento é sempre realizado de forma correta, além disso, se não existisse este comprador, a família não teria pra quem vender, pois, não possuem recursos para o transporte ou outra forma de distribuição do produto.



Figura 14: Comercialização do camarão para o comprador.
Fonte: Dos Anjos (2021)

Nesse primeiro dia de pesca foram em torno de 180kg pescado pela família, foram 110kg na andaina do senhor Paulo e da senhora Viviane e 70kg na andaina do Juan. Após esse primeiro dia, os outros dias da safra são relativamente mais tranquilos, visto que se repete o serviço a partir do período noturno de baixar as redes e colocar as lâmpadas, até o outro dia pela manhã. Durante o dia eles fazem a manutenção dos apetrechos em casa, consertando redes, carregando baterias e ou outros consertos eventuais.

4 CONFLITOS TERRITORIAIS NA PESCA DO CAMARÃO-ROSA E AS ANDAINAS COMO GARANTIA DO TERRITÓRIO NO ESTUÁRIO DA LAGUNA DOS PATOS

A partir do trabalho de campo, realizado com a família de pescadores composta pelos senhores Paulo Carvalho (pai), Viviane Alves (mãe) e Juan Carvalho (filho), buscou-se compreender a andaina como território de pesca, e os conflitos relacionados à pesca do camarão-rosa.

4.1 O respeito às andainas, e os conflitos por território

No primeiro bloco de entrevistas realizado no trabalho de campo de primeiro de fevereiro de 2021, buscou-se compreender a partir da família de pescadores que participou da pesquisa, a importância da andaina para a pescaria de camarão-rosa.

A senhora Viviane informou o histórico de ocupação e o registro daquele território. Lembrando que entre os três pescadores, estão ocupando atualmente três andainas. A primeira foi ocupada em 1978 pelo senhor Paulo. A senhora Viviane ocupou e passou a declarar andaina a partir de 2005. O filho do casal, Juan, é o pescador mais recente da família, e ocupou a andaina ao lado da mãe, em 2019.

Esse histórico de ocupação é considerado pelos pescadores, quando se distinguem daqueles que chamam de piratas:

Conflitos entre os pescadores que tem Andaina e os “piratas” que é pescador sem documentação, tem pescador só de verão, só do camarão. Eles não têm andaina e colocam em qualquer lugar, e é aí onde dá o conflito, né? Porque se aquela andaina é minha desde 1978, são quantos anos pra cá?

A pescadora esclareceu que a andaina é registrada desde o tempo da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, as andainas são registradas e que na ilha sempre foram respeitadas. No entanto, nos últimos três anos, esses territórios vêm sendo desrespeitados.

E os caras chegam, esses caras aí que são empregados em firma da Barra, eles não têm documentação nenhuma, eles vão chegar(...) são uns guris que estão acostumados com pesca, porque o pai deles era pescador e eles há muitos anos atrás também eram, e aí eles podem partir pra outro lugar, pode ser que eles respeitem o dono da andaina, mas eles batem pé, eles vão querer ficar.

A pescadora também argumenta sobre o (des)respeito dos pescadores mais jovens da ilha às andainas:

Não né, hoje tu viste! não preciso nem responder essa pergunta (risos), se os mais novos respeitam? Não, eles querem até ameaçar o cara de facão, no ano passado ele botou, assim como tu viu, as taquaras que te mostrei né? Tem que dar 300 metros de distância, as andainas cada pescador respeita os 300 metros. Só que eles chegaram e resolveram que não iriam respeitar os 300 metros e

não respeitaram. Não é só eles que complicam, tem esse daqui do lado (apontando para o vizinho do outro lado da rua a esquerda) registraram andaina no meio de outros registros que não podiam, que não existe, tem uma andaina aqui, começa assim óh, lá no aterro onde passou os carros ali das pedras, tu tens que dar 300 m de um pescador, depois desse pescador, 300 m é de outro pescador e o que eles fazem? Eles registraram uma no meio, esse registro é inválido, até pelos anos que o rapaz tem de andaina ali né? Só que eles ainda se acham no direito de querer agredir de ir armado para o mar, de puxar revolver pro outro pescador, tem tudo isso.

Retomando a discussão sobre os pescadores designados pelos entrevistados como “piratas”, é importante retomar que no trabalho de campo, relatado na sessão anterior, ocorreu um fato que é de fundamental importância para a presente discussão. Próximos as andainas no dia primeiro de fevereiro pela manhã para preparar a andaina para o início da safra, foi avistado uma embarcação com dois pescadores artesanais, denominados “piratas” porque eles não têm registros das andainas e o senhor Paulo relatou que no ano anterior já tiveram problemas com eles, pois, colocaram as redes em frente à andaina do Juan. O Juan foi até eles para conversar, após a conversa, Juan estava retornando para rebocar a embarcação do pai e, e eles estavam vindo na mesma direção, durante o registro de filmagens e fotos para o trabalho, um pescador com um facão na mão ameaçou devido ao fato de estar sendo filmado e, esbravejou falando para desligar a câmera e, a senhora Viviane explicou que estava sendo realizado um trabalho para a universidade e que não estava sendo realizada nenhuma filmagem com más intenções, e mesmo assim, ele saiu esbravejando.



Figura 15: Diálogo com os pescadores "piratas" para acordar sobre o uso da andaina.
Fonte: Dos Anjos (2021)

A senhora Viviane contou que no ano anterior também ocorreram problemas com os mesmos “piratas”, segundo ela, eles são oriundos de uma ilha vizinha chamada Ilha do Leonídio e o pai deles se mudou há pouco para a Ilha dos Marinheiros. Eles, então, adquiriram algumas redes e começaram a pescar de forma irregular, sem registro, próximo ou nos arredores das andainas dos pescadores da comunidade da Ilha dos Marinheiros, atrapalhando muitas vezes a pesca dos que tem andainas registradas e consolidadas há mais tempo no local. Ocorreram conversas, inclusive com órgãos públicos na tentativa de não deixar pescarem ali ou tentar

amenizar alguns conflitos, mas, todas as tentativas não tiveram êxito e os “piratas” continuam no entorno, utilizando os locais das andainas registradas.

Outro conflito relacionado às andainas envolve os pescadores que são aposentados por invalidez. Como eles eram donos da andaina antigamente, hoje pela lei, eles não têm mais direito porque, na condição de aposentados por invalidez não pescariam mais. Mas, mesmo assim, esses pescadores entram em conflito pela posse da andaina, ocorrendo eventos em que ameaçam com armas de fogo: “a pouco tempo mesmo, ele puxou de revolver ali para um guri menor de idade, estava ajudando o pai e ele puxou de arma porque, a andaina ele acha que é dele igual” (Senhora Viviane). A pescadora ressalta que essa questão, para os aposentados por invalidez, não se aplica aos aposentados por idade, que podem seguir pescando sem ter a documentação cancelada.

Diante desse relato da pescadora, foi questionado o destino que receberia aquele território “andaina” dos aposentados por invalidez.

Ela fica vaga e outro pescador pode chegar e registrar, só que como entre os pescadores mais velhos há o respeito ainda, ninguém costuma chegar lá e registrar porque sabem que era dele e aí costumam não pegar, mas isso é os pescadores mais antigos, essa gurizada nova aí, hoje não querem mais nem saber.

Diante da fala da senhora Viviane, observou-se que há uma questão geracional no respeito às andainas. Para os mais velhos é tratado como um direito inviolável, mas, os jovens quando veem um espaço disponível já avançam e se territorializam.

O senhor Paulo também relatou que nos últimos anos cresceu muito o fluxo de pescadores irregulares na Ilha dos Marinheiros, além dos pescadores que utilizam as redes de berimbau. Porém, segundo o senhor Paulo, esses pescadores que vem de outros lugares, não ficam toda safra ali, eles ficam migrando em todo período da safra procurando onde a pesca é melhor. Dificilmente repetem o local de pesca durante três dias ou mais. Um “grupo” citado são os “Catarinas” (Pescadores Artesanais oriundos do estado de Santa Catarina), eles pescam para empresas, mas segundo o senhor Paulo e a senhora Viviane eles respeitam o pescador local e não colocam as redes nos locais de andainas registradas, também não ficam todo o tempo fixados em local. Apesar disso, as disputas por território além de se tornarem frequentes com os novos moradores e pescadores da ilha, também são ocorrem com os nômades que buscam ali o melhor local para a pesca.

4.2 Disputas por território entre pescadores de saquinho/aviãozinho e de berimbau

Para além da pesca de saquinho/aviãozinho de camarão-rosa, há entendimento por parte da comunidade pesqueira da região existem outras especificidades e artes de pesca, que acabam comprometendo a sustentabilidade da pesca, e a continuidade da andaina como território da pesca.

Como se entende que o espaço é inseparável do tempo, questionou-se os entrevistados sobre o atual período da safra de camarão-rosa (determinado pelo Instrução Normativa 03 de 2004). A senhora Viviane expressa a compreensão da sua família de pescadores:

Na verdade, o que eu já vi dos estudos da universidade, essa é a data certa, essa seria a data certa né, porque o camarão tem que se reproduzir. Claro que esse é o meu pensamento, mas o dos outros pescadores não é, eles querem que em janeiro liberem, porque o melhor camarão está em janeiro aqui, que é só do graúdo e depois ele vai embora. Mas o que acontece, se trocar essa data aí, se realmente conseguirem trocar essa data, porque janeiro tá graúdo, fevereiro tá miúdo, março fica melhor, o que vai acontecer?

Sobre essa dinâmica da espécie, que não respeita uma lógica fixa de calendário, complementa:

Vão tá toda hora trocando, e aí quer dizer que quando tu tá lá já com a tua andaina cravada, já pescando, em janeiro, chega fevereiro, a universidade vai chegar aqui, vai ver que o camarão tá miúdo e vai trancar, vai trancar a pesca, porque janeiro estava graúdo e fevereiro está miúdo, porque o camarão sai lá fora para desovar, esse graúdo aí que está aqui tá indo embora para desovar, pra poder entrar de volta o camarão, mas os caras não entendem isso e na verdade, não tem fiscalização, porque nós pescadores de saquinho não podemos trabalhar, mas o berimbeiro aí trabalhou direto, direto. Daí o camarão graúdo não sai pra desovar, porque o berimbeiro mata ele, o arrasto o mata todinho, eles estão arrastando aí, chega entrar cem caíquinho por dia aí, vem uma turma de dia e uma turma a noite.”

De acordo com a fala da pescadora, ao pescador registrado, além de respeitar o território “andaina”, está estabelecido regramento quanto período de pesca. Desta forma o período atual acaba beneficiando os pescadores de artes de pesca mais predatórias, como é o caso do berimbau. Ela informa que esses sujeitos:

Ah estão, muito antes do natal já estão trabalhando, mas aí não tem fiscalização, nós não podemos porque somos registrados, agora quem não é registrado pode. Porque se agora a Patran chegar ali e eu estiver com o berimbau ali ou já estiver com a rede na água, eles vão me prender, porque eles me querem que sou pescadora registrada, agora o berimbeiro eles vão tirar as redes dele e dar um pé na bunda, “ah vai te embora”, é por isso que é fácil hoje ser pirata, é mais fácil ser pirata hoje do que ser pescador legalizado, a incomodação é bem menos.

Diante desse impasse, e conflito entre pescadores de saquinho/aviãozinho, que atuam na andaina, e dos pescadores de berimbau, que é uma arte de pesca móvel – proibida, um período justo seria:

É, eu acho que quando o camarão tiver pronto, tem que pescar né? Tamanho bom, tem que pescar. Porque se não dá uma chuva aí e quando vê vai tudo embora. Se tivesse dado uma chuva a 10 dias atrás forte aí, é que choveu só aqui, se chove aí pra Porto Alegre por aí, em dois toques não tinha mais camarão, é que está uma seca muito grande, choveu só aqui daí não faz mal, o que manda em nós é aí pelos lados de Porto Alegre, começa a chover muito pelos arroios.

É importante ressaltar que essa família de pescadores não tem conflitos diretos com os pescadores de berimbau, pelo local em que se encontra situado na andaina, com fica evidente na fala da pescadora:

Nós não temos porque tu viste ali a fundura que a gente fica, eles não conseguem trabalhar ali, mas esse pessoal aqui da beira que é 300 m da costa, ah esses aí passam um bocado de trabalho, além deles roubarem direto, porque eles roubam bateria, roubam rede por dentro d'água, tu não vês, é muita distância de rede, tu não consegues ver e ainda passam a noite inteira, inteira arrastando na boca da tua rede e eles não respeitam né, eles ainda te ameaçam também.

No entanto, é importante discutir esse embate estabelecido entre os dois territórios, o da andaina onde atuam os pescadores de arte de pesca fixa, e o berimbau cuja pescaria é móvel e por vezes avançam sobre as andainas de pescadores artesanais. Questionou-se a família de pescadores se essa arte de pesca, o berimbau é predatório:

Eu, pra te dizer a verdade se é predatória ou não? Aqui eu não sei, sei de lá de Santa Catarina, o berimbeiro acabou com a lagoa deles, foi arrastando, arrastando até não fica um camarão pra contar história lá durante muitos anos. Então se lá estragou, se o berimbau lá estragou, com certeza ele é predatório, porque vai ser o que vai acontecer aqui em nós, porque o camarão aqui que eles matam, as vezes com malha 10, sabes aquelas redinhas que vendem laranja e vergamota? É menos que aquela malha da rede, ele mata o camarão bem, bem miudinho, quer dizer que aquele camarão hoje que ele matou 10kg dele, supor, daqui 15 dias ele iria estar pra mais de 150kg, porque ele mata o camarão muito, muito miúdo que não dá pra descasque, é que nem o que eu disse, eles vão lá e jogam fora, depois tem que jogar fora, porque não tem, o problema do berimbau aqui antes de liberar, ele acaba com safra, ele acaba com a nossa safra aqui, pra matar esse camarão miudinho todinho aí da costa e o preço né, porque esse camarão deles aí, não valem nada. Agora vai liberar amanhã, libera o camarão amanhã, vai entrar os compradores, é só dar muito camarão, que o berimbeiro não tem pra quem vender, comprador não quer camarão de berimbau, ele só quer camarão de berimbau quando não tem camarão de saquinho, porque é pouquinho camarão.

Naquele dia, em que começava a safra de camarão no estuário da Laguna dos Patos, a fala da pescadora Viviane expõe que a pesca antecipada do berimbau comprometeu as expectativas da safra:

Ah deu bem pouquinho camarão, aí eles pegam do berimbau, agora como vai dar aí que tu vais ver, amanhã o que vai vir de camarão, porque é uma safra que promete, porque a gente não sabe, porque a gente não pescou ainda. Não vão querer de berimbau, eles vão matar aqui e vão jogar fora na mesma hora, eles jogam fora na mesma hora, porque é um camarão de menos qualidade, que é de arrasto e aí ele já avermelha a cabeça na hora que saí da água, ele não vem camarão vivo que nem o nosso aqui.

A quantidade do camarão pescado com berimbau, que muitas vezes é maior do que a dos pescadores de saquinho/aviãozinho e a qualidade deste pescado, acaba por prejudicar a comercialização do pescado.

Quanto à qualidade do camarão pescado de berimbau, a senhora Viviane entende que:

E aí os compradores não querem, porque ele é de arrasto, ele se debate, é um camarão que é toda hora batido né, ele se debate, daí tu o tira e vai botar na caixa e ele já vai ficar ali no calor, aí ele chega aí e o camarão feio de vida.

O pescador Paulo destaca que a qualidade do camarão também é considerada no momento da comercialização:

É igual nós mais tarde ali, se chegar ali tiver camarão, não vamos ne revistar, vamos deixar, nós não temos gelo pra colocar, não temos nada, se botar na caixa ele vai meio vermelhado, aí chega amanhã o camarão todo avermelhado o cara não sabe como vai ser. O certo mesmo é levar gelo né? Quando bater a meia noite, coloca ele no gelo.

Complementando a fala do senhor Paulo, a senhora Viviane ressalta que o camarão é condicionado até a venda, com gelo, que é fornecido pelos compradores. Tendo compreendido que é uma disputa por território entre pescadores de saquinho/aviãozinho e de berimbau, e que uma das razões do conflito é sobre a temporalidade das duas pescarias, tendo em vista que os pescadores de berimbau começam a pescar, na ilegalidade, antes da abertura regulamentar da safra, questionou-se se o conflito seria reduzido se os pescadores de berimbau atuassem somente na safra. A senhora Viviane entende que:

Ele prejudica os outros pescadores que estão ali com uma rede de espera, tu viste aquela rede nossa ali? Aquela rede é uma rede de espera, o camarão que tem que ir nela, a luz vai atrair ele pra ele ir pra dentro da rede, todo o camarão que tá sendo atraído pela minha luz, o berimbeiro vai passar pra lá e pra cá, porque berimbau ele caminha para um lado e para o outro e sempre na boca da tua rede, quer dizer que a tua rede de espera não vai pescar, porque ele está arrastando na boca da tua rede e eles trabalham com 10 berimbau, não é dois, três berimbau, é 10.

O senhor Paulo complementa que:

Cada caíco eles botam uma taquara, uma vai para um lado e a outra vai pro outro e ali eles encham, na volta do caíco e mais as taquaras, parecem um avião andando dentro da água, claro, só aparecem as taquaras e as luz o berimbau vão dentro da água.

Diante do exposto, a partir do diálogo com a família de pescadores que contribuiu com essa pesquisa, os conflitos entre pescadores de saquinho e aviãozinho são de cunho territorial, como argumenta a senhora Viviane:

Na verdade, a pesca de berimbau ela é proibida, ela tem que ser proibida, assim como a prancha não pode e a coca não pode, o berimbau também não pode. Ainda se os berimbeiros respeitassem os pescadores de saquinho, o pescador da espera, depois que liberassem podiam trabalhar também, porque o Mar é pra todos, mas não, eles não respeitam nada, eles não respeitam a época de pescar, eles não respeitam as andainas, eles não têm uma documentação de pesca. O que hoje sai R\$ 400,00 reais uma rede para botar na água, sai R\$ 400,00 reais a rede, R\$110,00 a bateria e mais R\$12,00 reais uma lâmpada, faz as contas quanto custa para colocar uma rede na água, eles vão ali com 500 pila e montam uma parelha de berimbau, aí se a Patram tira deles, mas também, custou 500pila. Eles ficam toda noite, hoje tu vai ver os berimbeiros tudo na volta das redes, eles não deixam os guris trabalhar, eles não respeitam os guris, é que na verdade ele já é comprovado, ele é destruidor, ele é muito predatório,

até eles ficam brabos porque eles dizem que um berimbau nunca mata peixinho, porque o saquinho mata muito peixinho miudinho, mas o saquinho vai fazer uma escolha de camarão só bom e o berimbau não, ele vai trazer só o filhotinho do camarão e aí ele prejudica nisso né, imagina o camarão que se tu matar 1kg de berimbau hoje, ele vai dar 10 depois de saquinho peso dele vai se transformar em 10.

Em defesa ao território pesqueiro os pescadores da andaina são veemente contra a pesca de berimbau, em qualquer período.

5. CONCLUSÕES

O desenvolvimento do presente trabalho acrescentou na formação do autor enquanto futuro professor de Geografia e para a vida. Pois o colocou de frente com as relações e conceitos básicos da ciência geográfica, das diversas relações de sociedade e o meio, da transformação do espaço geográfico por meio de disputas territoriais, de forma a chegar na *práxis*, promovendo a prática refletida. O estudo da Geografia acrescenta muito na visão de mundo, e realizar esse trabalho não foi diferente, promoveu reflexões antes não vividas, mesmo morando em um município de zona costeira que tem a pesca como uma parcela grande de sua economia. Permitiu vivenciar a pesca, a estrutura da comunidade pesqueira e suas relações sociais e com o meio. Portanto essa experiência leva a refletir sobre as disputas territoriais em comunidades pesqueiras e como ela interfere até mesmo economicamente no município. Também a importância da luta pelos direitos dos pescadores artesanais para garantir seu território e para manter ele harmonizado.

A abordagem teórica permitiu compreender o contexto e o histórico do espaço geográfico visitado no trabalho de campo. Acredita-se que toda a abordagem teórica foi importante, mas cabe destacar a TDR da pesca artesanal, proposto por De Paula (2018). Os três estágios que ele cita, ficaram muito claros seja pelos relatos, entrevistas ou vivenciando. Os saberes são compartilhados pela comunidade que se apropria do território, muito ligado a moradia e influenciado pela dinâmica da natureza e isso é o que define de fato a territorialidade. Além disso, quando os recursos ambientais ficam menos acessíveis, manifesta-se a necessidade de uma busca maior por esses recursos, então surge uma diferenciação de poder, pois o saber da localização desses recursos e das técnicas de como obter os mesmos estão com uma família ou um grupo de pescadores dentro da comunidade, mas esse poder não resulta em domínio do território. Esse saber é compartilhado por acordos verbais de uso. No trabalho de campo, esses dois estágios citados da TDR se evidenciaram nas entrevistas e relatos, já o terceiro estágio foi vivenciado e contribuiu muito para entender a dinâmica dos conflitos. O terceiro estágio ocorre quando existe uma redução expressiva de recursos pesqueiros, até mesmo uma pressão pelo aumento da produção devido as demandas apresentadas, que gera conflitos que muitas vezes se sobrepõem os acordos verbais, nesse momento as técnicas e os saberes são utilizados como ferramentas nessas disputas. Porém essas disputas resultam em impactos ambientais e fazem surgir conflitos por território.

Muitas pessoas desconhecem o funcionamento do processo de pesca do camarão-rosa, antes de chegar nos restaurantes e nas residências para o consumo. O trabalho proporciona esse conhecimento, principalmente o dos preparativos para o início da safra. Nesse momento o pescador tem que garantir que todos apetrechos de pesca estão em ordem e funcionando, desde as redes em bom estado, até as embarcações. É preciso recolher as taquaras usadas para

compor a andaina, recuperar as redes que podem estar com algum rasgo ou comprar novas, concertar alguma avaria nas embarcações, comprar ou recuperar as baterias e as lâmpadas, garantir contato e venda ao comprador, verificar se está tudo certo com o registro de pesca. No dia anterior ao início da safra, posicionar as taquaras para fixar, dispor as redes, e, assim formar a andaina - seu território.

O conflito vivenciado no campo, onde após uma conversa com o Juan para acordar como ficariam posicionadas suas andainas, os “piratas” foram em direção a embarcação ameaçando com um facão e exigindo que a filmagem fosse encerrada, demonstra o quanto os conflitos por territórios são tensos e podem trazer prejuízos não só econômicos, como físicos e mentais.

No terceiro estágio do TDR de De Paula 2018 foi vivenciado, pela redução de recursos, pois como a senhora Viviane diz em um trecho da entrevista realizada e publicada nesse trabalho “o mar é pra todos” e nisso ela quer dizer também que tem mar pra todos, se houver o respeito mútuo. Porém, em relação as demandas diárias, essas não são no sentido de compra e venda do camarão-rosa, mas referente as demandas e as necessidades de sobrevivência do pescador artesanal licenciado ou não. Com a crise econômica que assola o país há algum tempo e vem se agravando, falta de empregos e oportunidades, levam mais pessoas que nunca foram de comunidade pesqueira ou nunca exerceram a pesca como atividade profissional, acharem nesse ramo uma alternativa para o sustento de sua família, sem conhecer os acordos anteriormente firmados em nível comunitário, o que leva à redução dos recursos e ao agravamento de disputas territoriais.

Portanto esses conflitos tem várias facetas, como os conflitos relacionado as gerações de pescadores, que são aposentados por invalidez, mas continuam a exercer a atividade, os mais jovens que não respeitam as andainas e os pescadores mais antigos da comunidade, até mesmo os conflitos de pescadores artesanais que vem de outras regiões e disputam os territórios de andainas já ocupadas. Também o conflito, esse vivenciado na pesquisa, entre os pescadores artesanais que utilizam a pesca de saquinho, onde uns são licenciados e outros não, inclusive chamados de “piratas”.

Um conflito importante também de destacar é com os pescadores que utilizam a arte do berimbau para a pesca. Segundo os pescadores artesanais que participaram da pesquisa, eles não respeitam o período da safra, iniciando antes, logo levam vantagens sobre os legalizados, além de prejudicar a safra, pois a pesca é predatória e interfere diretamente na qualidade dos camarões. Além disso, após o início da safra, eles costumam avançar sobre as andainas, pois as luzes fixadas nas redes para atraem o camarão, e passam na borda das redes para capturar o camarão que seria capturado pelos pescadores do território. Como os pescadores legalizados pescam nas andainas, na pesca de saquinho, e as redes ficam paradas, fixadas no em um local específico esperando o camarão atraído pela luz, os pescadores de berimbau tem vantagens de avançar sobre elas e ir buscar o camarão.

Nesse sentido a andaina como território tem uma grande importância para delimitar os espaços e amenizar os conflitos, a pesca de saquinho/aviãozinho permite a reprodução social e econômica dos pescadores. Pois ela define os territórios tornando mais viável o ordenamento, e fiscalização com essa dinâmica territorial. Além de que as regras sendo cumpridas proporciona uma pesca não predatória. Logo se consegue ter ambiental. Para ela não ser predatória, ela precisa não retirar recursos excessivos do ambiente, respeitando inclusive, o tempo de reprodução natural da espécie. Portanto é necessário estudos e vivências, envolvendo e participando ativamente todos os envolvidos, poder público, ciência e comunidade pesqueira, construindo saberes com trocas de conhecimentos, também é necessário da parte do poder público um suporte maior de recursos e financiamentos para os pescadores artesanais legalizados, e estimular os que não estão legalizados a procurarem se registrar para que sejam sujeitos às normas. Por último é fundamental uma maior fiscalização para garantir os direitos de quem procura realizar a arte da pesca artesanal de forma sustentável, no território de pesca – andaina.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Decreto Nº 8.967**, de 23 de janeiro de 2017. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D8967.htm.

BRASIL, **Lei Nº 11.959**, DE 29 de junho de 2009A. Dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm.

BRASIL. MPA. **Decreto Nº 8.424**, de 31 de março de 2015A. Regulamenta a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/D8424.htm>.

BRASIL. **Decreto Nº 8.425**, de 31 de março de 2015B. Regulamenta o parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8425.htm>.

BRASIL. MMA e SEAP. **Instrução Normativa Nº 3**, de 9 de fevereiro de 2004. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2004/in_mma_seap_03_2004_regulamentapescalagoadospatos_rs.pdf

CONCEIÇÃO, N.; ALVES, V. M. PEQUENO GLOSSÁRIO DE TERMOS POPULARES DOS PESCADORES ARTESANAIS DO ESTUÁRIO DA LAGUNA DOS PATOS. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 2, n. 2, p. 115-119, 10 abr. 2021.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. Atores Territoriais e Territorialidades da Pesca Artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos In: IV Colóquio NEER, 2011, Santa Maria. **Anais do IV Colóquio Nacional do NEER**. 2011.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. **Geografia(s) da Pesca Artesanal Brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018. 451p.

RAFFESTIN, Claude. De la nature aux images de la nature. In. **Espaces et Sociétés**, 1996, no.82-83, p. 37-52

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo, SP. Editora Africa S.A, 1986. 269p.

RAFFESTIN, Claude. Punti di riferimento per una teoria della territorialita' umana. In: COPETA Clara. **Esistere e abitare**. Prospettive umanistiche nella Geografia francofona. Milano : Franco Ageli, 1986C. p. 75-89

SACK, Robert David. **Human Territoriality: Its Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

TAPIA, Luis Mealla. **Política Salvaje**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CLACSO: La Paz, 2008. 122p.